

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
ESPECIALIZAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA  
TURMA 2011

JOSÉ AUGUSTO HARTMANN

ANÁLISES PARA A COMPREENSÃO DE ELITES POLÍTICAS: TRÊS  
ABORDAGENS

Monografia apresentada ao Curso de especialização em Sociologia Política, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção de título de especialista em Sociologia Política.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Neves Costa

CURITIBA  
2012

## RESUMO

Este trabalho visa analisar elites políticas, preocupando-se com sua formação, seu lugar de ação e possíveis estratégias para seleção e manutenção. Por se tratar de um trabalho de revisão bibliográfica não foi dada atenção para aprofundamento histórico ou análise de dados. Deste modo, optou-se por três abordagens para análise, escolhidas pela sua relevância e afinidade com o tema. A primeira linha verificada foi o pluralismo de Robert Dahl. Sua direta relação, ainda que crítica, com o clássico elitismo, a preocupação com a formação de elites políticas e sua natureza pesou para sua escolha. Em seguida, o institucionalismo histórico de Theda Skocpol. O debate realizado por essa abordagem com o pluralismo, indicando uma compreensão oposta na relação entre Estado e sociedade, definiu a necessidade de sua revisão. A última abordagem verificada foi o estruturalismo de Pierre Bourdieu. Em Bourdieu pudemos verificar uma preocupação central com estratégias de seleção e manutenção de elites políticas. Portanto, as três abordagens mostraram-se fundamentais à análise de elites políticas, uma vez que, desde o resgate do tema, realizado pelo pluralismo, passando pela ação de elites no Estado, presente no institucionalismo, até mecanismos de formação e reprodução, verificados na teoria bourdieusiana, puderam apontar para a existência dessas elites, ainda que a metodologia empregada tenha afirmado a heterogeneidade de entendimento entre as abordagens.

Palavras Chave: Elites políticas. Pluralismo. Institucionalismo histórico. Estruturalismo genético ou construtivista.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	3
CAPÍTULO PRIMEIRO: PLURALISMO.....	6
CAPÍTULO SEGUNDO: INSTITUCIONALISMO HISTÓRICO .....	12
CAPÍTULO TERCEIRO: ESTRUTURALISMO GENÉTICO OU CONSTRUTIVISTA. .....	21
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	29

## INTRODUÇÃO

Uma das questões mais significativas para a sociologia política é o tema das elites políticas. No decorrer do século XX o debate acerca desse problema foi desenvolvido, dando continuidade à relevância que a política recebeu nas ciências sociais desde os clássicos como Marx, Tocqueville e Weber. Assim que esse tema não se desgastou nem foi liquidado, mas, pelo contrário, somaram-se estratégias de análise para sua abordagem que qualificaram e tornaram o debate mais complexo. Neste século XXI segue sendo um tema fundamental à sociologia política.

Deste modo, destacaram-se algumas contribuições e correntes teóricas, que propuseram diferentes estratégias para a abordagem do problema. Em um artigo publicado na Revista de Sociologia e Política, intitulado “Por um retorno à Sociologia das elites”, os professores Adriano Codato e Renato Perissinotto exploraram o desenvolvimento dos debates acerca de elites políticas e da teoria elitista desde os trabalhos de Gaetano Mosca até contribuições mais recentes (CODATO; PERISSINOTTO, 2008). Para tanto, analisaram, além dos elitistas, as abordagens de pluralistas, de estruturalistas marxistas, do institucionalismo de escolha racional, até as proposições de Pierre Bourdieu. Nessa apresentação dos professores, autores como Robert Dahl, Nico Poulantzas, George Tsebelis, Ralph Miliband, Charles Wright Mills, além de Pierre Bourdieu, foram abordados nas suas contribuições para o estudo de elites. Entretanto, optou-se por não abordar uma possibilidade analítica nesse texto e que gostaríamos de incluir nesta revisão que segue. Trata-se do institucionalismo histórico, em que citamos Theda Skocpol como uma das mais significativas representantes. Assim como as demais, verificaremos, essa abordagem também é muito cara aos estudos de elites políticas.

Em sua dissertação de mestrado, Fernanda Teixeira Reis afirma que para Theda Skocpol “as instituições do Estado são parte de um sistema competitivo e envolvimento mútuo, em que suas estruturas e atividades influenciam na formação de grupos e nas tomadas de decisão, idéias e demandas de diversos setores.” (REIS, 2012, p.17). Desse modo, na abordagem do institucionalismo histórico, há um entendimento do Estado como composto por diferentes grupos com, muitas vezes, interesses contraditórios. No estudo de elites políticas essa proposta analítica tem uma significativa importância, ao conceber o Estado como formado por grupos

diversos, com um espaço de atuação próprio e permeável as influências daqueles grupos. Segundo o cientista político Antônio Sérgio Araújo Fernandes, o “institucionalismo histórico visa construir teorias [...] tendo como variável independente as instituições intermediárias, tais como a burocracia, o eleitorado, as redes estabelecidas entre empresariado e governo, a relação estado-sociedade, o processo político decisório e/ou de elaboração de políticas públicas.” (FERNANDES, 2007, p.2). Portanto, segundo essa abordagem, não se tem uma única fonte determinante para toda organização política, que inovar-se-ia desde sua raiz em caso de uma ruptura com o modelo anterior. Há, pelo contrário, um constrangimento que o passado imprime nas instituições presentes, uma “*path dependence*”, uma dependência de trajetória (FERNANDES, 2007, p.4). A abordagem do institucionalismo histórico diverge, nesse ponto, das análises de elitistas pluralistas e marxistas que analisam o Estado de modo mais próximo a um todo coeso que visa proteger a elite ou as elites que o tomam.

Por seu turno, o pluralismo realiza uma crítica ao elitismo de Vilfredo Pareto e Gaetano Mosca, expõe os professores Carlos Pio e Mauro Porto (1998, p.300). Robert Dahl apontou para a formação de lideranças políticas profissionais, capazes de articular as preferências individuais e, assim, agrupar contingentes eleitorais, tornando-se representante desses grupos de eleitores. Desse modo, para o pluralismo, os indivíduos interessados pela política reunir-se-iam em grupos de apoio ou oposição a alguma proposta, enquanto os desinteressados elegeriam os primeiros, desconsiderando a existência de alguma “elite dirigente” permanente que se utilizasse de poder (PIO; PORTO, 1998, pp.302-303). O Estado apresentar-se-ia como uma arena neutra ocupada por minorias organizadas que teriam por objetivo implementar suas preferências.

Não obstante, parece-nos, desde já, interessante não abandonar por completo a análise de estruturas na formação e organização da política, ainda que não as tendo como único padrão determinante, tal como nos estruturalismos. Aproximamo-nos, portanto, da proposta de Pierre Bourdieu, que propôs pesquisar estratégias de permanência de elite considerando como fator fundamental a inserção do indivíduo em certos “campos”, ou instituições, pela facilidade que sua origem propicia. Parece-nos muito esclarecedora a afirmação do sociólogo de que uma vez que determinado ator detém um específico “capital social”, que lhe cativa um “habitus”, isto é, lhe dá um arcabouço de possibilidades de ação, possibilita, para

esse agente, uma inserção e manutenção mais eficiente no “campo” específico. Tal “habitus” adquirido pela vivência num “campo” dirige, ou ao menos tendência, à interiorização da estrutura (BOURDIEU, 2004, pp. 21-30). Deste modo, haveriam certas expectativas para a participação numa determinada instituição, reconhecidas pelos pares ocupantes e pelos demais, legitimadores da permanência de um grupo em determinada instituição.

Nesta análise que segue visamos abordar algumas dessas correntes que destacamos. Estenderíamos-nos para além do que se espera nesta monografia caso tentássemos abordar todas as correntes e autores citados anteriormente. Por conseguinte, resolvemos dirigir o foco para algumas abordagens que julgamos relevantes a serem exploradas em função de sua pertinência ao estudo de elites políticas. Para tanto, este trabalho será organizado do seguinte modo. Iniciaremos com análise do pluralismo, considerando ser essa uma das mais relevantes abordagens do estudo de elites políticas. A análise bibliográfica deste módulo terá como ponto fundamental a relação entre organização de elites e o funcionamento do Estado. Para isso, serão as contribuições de Robert Dahl utilizadas nesse momento. Num segundo momento abordaremos a análise institucionalista, contendo-nos no institucionalismo histórico, que nega a neutralidade do Estado, afirmando haver grupos privilegiados no processo de decisão, e aponta para o constrangimento que as velhas instituições impõem às novas, indicando uma dependência de trajetória. Uma terceira abordagem deverá encerrar o debate proposto, ainda que sem a intenção de encerrar com o debate sobre o tema. Utilizaremos-nos das contribuições de Pierre Bourdieu visando verificar a relação disposta pelo autor entre “agentes” e “estrutura”, o que nos indica uma possibilidade limitada na formatação dos grupos e instituições, inclusive nas instituições estatais.

Ao seguir esse trajeto acreditamos apontar para a forma, formação e reprodução de elites políticas. Esperamos, com isso, não esgotar o tema ou apresentar a bibliografia final ao estudo de elites políticas, mas, pelo contrário, contribuir para as discussões acerca da bibliografia que tange o estudo dessas elites.

## CAPÍTULO PRIMEIRO: PLURALISMO

Na Poliarquia, Robert Dahl definiu um modelo de como se compõe o Estado e o que seria um Estado democrático, caso houvesse um em realidade. Deste modo, a democracia pode ser definida como “a contínua responsividade do governo às preferências de seus cidadãos, considerados politicamente iguais.” (DAHL, 2005, p.25). Medir-se-ia a aproximação à democracia pela responsividade do Estado analisando-se, para isso, a possibilidade de contestação e o direito de participação dos cidadãos. Não havendo uma democracia completa, mas sendo este um conceito que representa o *ideal* de responsividade, os Estados com maior liberdade de contestação pública e inclusividade, ou participação, seriam poliarquias, sendo seu extremo oposto hegemonias fechadas. Haveria ainda oligarquias competitivas, Estados em que se permite contestação pública, porém sem participação, e hegemonias inclusivas, com participação mas sem contestação pública. Segundo esse sistema, as poliarquias podem ser analisadas essencialmente em “regimes nacionais, isto é, regimes tomados ao nível do país, ou, se quiserem, de Estado legalmente independente, ou, para usar termos menos apropriados, da nação ou Estado-nação.” (DAHL, 2005, pp.33-34).

Nota-se que mesmo as poliarquias, segundo Robert Dahl, não são caracterizadas pela participação de toda a população, e os Estados que não se caracterizam por serem poliarquias têm uma sofrível participação ou abertura para contestação. De qualquer modo, o Estado não é composto, mesmo em poliarquias, pela maioria, mas por minorias organizadas. Deste modo, dada a “constante barganha e da incapacidade da maioria realizar alguma ação coordenada, as minorias exercem papel fundamental na política.” (VALENCIANO, 2010, p.51). Destaca-se, portanto, a ação de elites no governo dos Estados, mesmo poliárquicos. Não obstante, deve-se considerar que quanto maior a participação e a contestação, maior a importância da maioria em relação às minorias organizadas.

Frente a menor significância dada por aqueles que Dahl chamou de democratas liberais ou radicais, Mosca e Croce, à democracia parlamentar, que poderia ser classificada como poliarquia ou quase-poliarquia, o autor de Poliarquia defende esse modelo em relação aos regimes menos responsivos. Mosca e Croce apontavam para o caráter pouco inclusivo em qualquer regime político, uma vez que para eles “todo regime é dominado por uma minoria governante” (DAHL, 2005,

p.39), o que Dahl não desconsidera. Entretanto, para Dahl, relativamente a regimes hegemônicos duramente repressivos, as diferenças para as poliarquias são muito sensíveis, o que levou até mesmo Gaetano Mosca a confessar ser o parlamentarismo melhor que o fascismo em 1925 (DAHL, 2005, pp.39-40). Poliarquias plenas caracterizar-se-iam, diversamente dos modelos menos responsivos, segundo Dahl, por propiciarem:

“oportunidades de exercer oposição ao governo, formar organizações políticas, manifestar-se sobre questões políticas sem temer represálias governamentais, ler e ouvir opiniões alternativas, votar secretamente em eleições em que candidatos de diferentes partidos disputam votos e depois das quais os candidatos derrotados entregam pacificamente os cargos ocupados aos vencedores etc.” (DAHL, 2005, p.41).

A maior participação e contestação, propõe Dahl, propicia a substituição de grupos tradicionais e permitem a inclusão de “partidos mais eficazes em atrair as classes médias.” (DAHL, 2005, p.44). Havendo tal processo inclui-se uma maior parcela da população na representatividade realizada pelo governo, ainda que jamais se alcance a totalidade. Nas poliarquias existentes, verificadas na pesquisa do autor, Robert Dahl argumenta que sua formação se deu principalmente pelo aumento da contestação pública, seguido pelo aumento da inclusividade. Isso possibilitou um processo em que “as regras, as práticas e a cultura da política competitiva desenvolveram-se primeiramente entre uma pequena elite, e a transição crítica da política não partidária para a competição partidária também ocorreu inicialmente dentro do grupo restrito.” (DAHL, 2005, pp.53-54).

Evidencia-se, portanto, a ênfase dada no modelo dahlsiano da condicionante para a participação política do interesse de grupos e indivíduos. A participação política se daria, somente quando os indivíduos notassem que seus interesses estivessem em jogo (PIO; PORTO, 1998, p.300). Nesses casos ocorreriam as alianças, formadas pelo agrupamento de indivíduos “em diferentes coalizões, contra e a favor.” (PIO; PORTO, 1998, p. 301). Desse modo, poder-se-ia verificar “grupos de interesses [...] mutáveis em sua constituição e poder político.” (PIO; PORTO, 1998, p. 301). A segurança das regras do jogo garantiria, assim, a poliarquia. Tal segurança permitiria aos grupos organizados e com maior capacidade de convencimento ter “maior capacidade de realizar seus interesses” (PIO; PORTO, 1998, p. 302). Portanto, no modelo pluralista, as sociedades são percebidas “como

compostas de diversos centros de poder, sendo que nenhum deles é totalmente soberano.” (ROCHA, 2005, p.12). Nesse modelo, o Estado não recebe o peso de uma instituição definidora das relações políticas, mas se “adota o conceito de grupo de interesse ou grupo de pressão como instrumento analítico para o processo de *decision-making*.” (ROCHA, 2005, p.12).

Constituídos enquanto Estado, os membros das elites organizadas podem se utilizar de meios para eliminar oposições, sejam violentos ou não. Essas práticas dependem do custo da tolerância às oposições. Segundo Dahl, num dos axiomas apresentados, a probabilidade de tolerância “aumenta com a redução da capacidade de o governo usar de violência ou sanções sócio-econômicas para eliminar uma oposição.” (DAHL, 2005, p. 64). Sendo favorecida a política competitiva, isto é, sendo os custos para eliminar oposição mais alta que a tolerância a ela, pode-se afirmar existir uma “ordem social pluralista”, diferentemente de uma “ordem social centralmente dominada”, quando prevalece a hegemonia (DAHL, 2005, pp. 66-67). Uma ordem pluralista tende a ser desenvolvida na medida em que se promova a igualdade de recursos políticos, para o que a distribuição de recursos econômicos também é considerada importante, não permitindo antagonismos que possam produzir um colapso do governo instituído (DAHL, 2005, p. 111). Além dos fatores econômicos, outros fatores aparecem como essenciais para a estabilidade de um governo. Dahl aponta para a importância das relações institucionais na manutenção das poliarquias, afirmando que aquelas que mantiveram um executivo forte desde o século XIX tiveram maior êxito na sua manutenção. Outra característica verificada pelo autor é a presença de partidos políticos, capazes de granjear em si os conflitos, tornando-os toleráveis (DAHL, 2005, p. 124).

Portanto, poderíamos aproximar as ordens sociais centralmente dominadas ao conceito elitista de “elite dirigente”, ainda que Dahl aponte para a fragilidade da afirmação de “que em alguns sistemas políticos determinados há grupos de pessoas que de algum modo exercem poder ou influência sobre outros participantes do sistema.” (DAHL, 1970, p.91). Isto pois, não poderíamos constatar uma elite dirigente sem que essa exercesse influência ou poder. Assim, poder-se-ia definir que “elite dirigente [...] é um grupo de controle menor do que a maioria e que não é um simples arranjo de regras democráticas. É uma minoria de indivíduos cujas preferências regularmente prevalecem em casos de diferenças acerca da escolha de objetivos políticos fundamentais.” (DAHL, 1970, p.93). Dahl também diferencia poder

de influência, logo que, para o autor, poder pode ser exercido sobre um objeto ou animal, diferentemente de influência (DAHL, 1981, p. 26). Enquanto poder consiste em fazer com que alguém, ou alguma coisa, execute algo ainda que não sendo de sua vontade, influência se caracteriza por um modelo em que “se há duas pessoas num sistema, A e B, A influenciará B na medida em que o comportamento de B se alterar no sentido desejado por A.” (DAHL, 1981, p.26.). A ação de B, em reconhecer e realizar a vontade de A, caracteriza-se por ser uma “*influência manifesta*” (DAHL, 1981, p.27). Entretanto, eventualmente pode se dar uma “influência implícita”, conceituada do seguinte modo: “Se A deseja o resultado X, então, mesmo que A não aja com a intenção de causar o comportamento de B de modo a realizar X, estará exercendo influência implícita sobre B se seu desejo de que X se realize causar atos de B no sentido da realização de X.” (DAHL, 1981, p. 27). Assim, destaca-se que a influência somente pode ser exercida sobre alguém, diferentemente de poder. No modelo de “elite dirigente”, “em toda a sociedade, existe, sempre e apenas, uma minoria que, por várias formas, é detentora do poder, em contraposição a uma maioria que dele está privada.” (BOBBIO, 1998, p.385), o que não é verificado por Dahl em ordens sociais pluralistas. Para Dahl dificilmente poder-se-ia verificar uma “elite dirigente” porquanto “o poder relaciona-se a questões específicas, fugazes ou persistentes, instaurando coalizões entre grupos de interesse na busca de certos objetivos.” (ROCHA, 2005, p.12). Não se localiza no Estado, portanto, o único veículo do sistema político mas:

“são as demandas e apoios (*inputs*) dos grupos de pressão que vão delinear as políticas públicas (*outputs*). O governo e suas políticas são vistos como resultado dos inputs vindos da sociedade. O Estado é considerado como algo neutro, cuja função é promover a conciliação dos interesses que interagem na sociedade, segundo a lógica do mercado.” (ROCHA, 2005, p.13).

Para o desenvolvimento de poliarquias, segundo Robert Dahl, não pode ser verificado um único fator na formação das poliarquias, porquanto “fatores explanatórios usuais – nível de desenvolvimento socioeconômico, urbanização, educação, dimensão da classe média, renda *per capita*, e assim por diante” (DAHL, 2005, p.136), não contemplam uma definição satisfatória. Um fator fundamental à todas poliarquias e outros regimes, apontado por Dahl, é a crença na legitimidade do regime (DAHL, 2005, p.136). Logo, as crenças políticas de uma população são

essenciais para a fundamentação de um regime. Destaca-se, segundo o autor, as crenças de algumas pessoas, uma vez que “em todos os sistemas pessoas diferentes provocam um impacto desigual nos resultados políticos” (DAHL, 2005, p. 129). Deste modo, algumas pessoas acabam por influenciar as crenças dos demais, alheios aos processos decisórios mesmo em poliarquias, tornando-se fundamental ao pesquisador conhecer “quem alimenta quais crenças.” (DAHL, 2005, p. 129).

Desse modo, Dahl se aproxima da explicação culturalista, uma vez que, segundo o autor, “as diferenças na cultura política de vários países ajudam a entender as diferenças na natureza de seus sistemas políticos.” (DAHL, 2005, p.159). As crenças políticas dependeriam da formação individual, em momentos de receptividade de cada um. Isso, por sua vez, dependeria tanto da exposição que alguém é submetido a determinadas crenças políticas, quanto “do prestígio de seus defensores e antagonistas e dos êxitos ou fracassos das pessoas, organizações e instituições que simbolizam a crença.” (DAHL, 2005, p.163). As crenças políticas acabam por serem alimentadas pelos ativistas políticos àqueles que não participam diretamente das organizações de governo. Assim, a crença subjetiva legitima um determinado sistema político e acaba por ter um “desenvolvimento autônomo não inteiramente sob o controle ou a manipulação de interesses sociais.” (DAHL, 2005, p.166). O que é fundamental na formação de uma crença “é a cultura em que o indivíduo é criado, pois ele é condicionado a interpretar os acontecimentos de sua vida de uma determinada maneira.” (DAHL, 2005, p.167). Destaca-se, ainda, a possibilidade de um controle estrangeiro, que modifica a natureza dos ativistas políticos, moldando uma nova relação entre os indivíduos e o sistema político. (DAHL, 2005, pp.177-187).

Entretanto, cabe ressaltar, para Dahl não há um único motivo para a formulação de um sistema político. O autor apresenta, ao longo do texto, “sete conjuntos de condições complexas” (DAHL, 2005, p. 189), que não podem ser analisados por um gráfico rígido, em que bastaria alinhar os fatores e obter o resultado entre poliarquias, regimes hegemônicos ou oligarquias. Poder-se-ia analisar a construção histórica, a ordem socioeconômica, o desenvolvimento econômico, a igualdade/desigualdade social, o pluralismo subcultural, a dominação estrangeira ou as crenças dos ativistas políticos. Entretanto as peculiaridades que o conjunto dos fatores acaba por formular em um país gera uma realidade específica.

Deste modo, não há garantias de que todos os países caminham para uma poliarquia. A constituição desses regimes passa por uma complexa cadeia de elementos. O que aqui é destacado é a característica fundamental de responsividade do Estado para sua definição como poliarquia. A constituição de um Estado nesses moldes passa, sobretudo pela crença individual nesse sistema como o mais adequado. Entretanto, não são todos os indivíduos que participarão das decisões governamentais. Destacam-se grupos organizados na formulação e decisão. Nesse ponto, a figura dos ativistas políticos é fundamental, pois são eles que, como agentes políticos, contribuirão ou não para a estruturação de uma crença política.

Todavia, não se pode igualar as proposições dahlsianas com o modelo elitista de Mosca e Pareto. Ainda que apresente a fundamental importância dos ativistas políticos, Dahl não reconhece uma elite dirigente que imponha sua vontade acima de qualquer interesse incompatível ou oposto. Isto porque a crença no sistema político precisa existir, enquanto que a imposição da vontade de uma elite dirigente caracterizaria o uso de poder, ou, ao menos, influência, em todas as ocasiões. O Estado poliárquico apresenta-se como uma esfera neutra que propõe respostas às demandas dos indivíduos ou grupos.

## CAPÍTULO SEGUNDO: INSTITUCIONALISMO HISTÓRICO

A segunda possibilidade analítica que verificaremos neste estudo é o institucionalismo histórico. Essa corrente tem como uma de suas principais representantes Theda Skocpol, cujo trabalho será parcialmente abordado aqui. A própria autora aponta para a heterogeneidade dos vários autores ligados a corrente institucionalista, afirmando, entretanto, haver uma característica que os aproxima, a saber, de que os *“institucionalistas históricos [...] analizan contextos macro y formulan hipótesis sobre los efectos combinados de instituciones y procesos, en vez de examinar una sola institución o proceso por vez.”* (PIERSON; SKOCPOL, 2008). Segundo os professores Peter Hall e Rosemary Taylor, os debates entre correntes marxistas e pluralistas na década de 1970 contribuíram para que o institucionalismo histórico desse atenção ao Estado, porém, concebendo-o não como “mais um agente neutro arbitrando entre interesses concorrentes, mas um complexo de instituições capaz de estruturar a natureza e os resultados dos conflitos entre os grupos.” (HALL; TAYLOR, 2003, p.195). Deste modo, rompia-se com as duas correntes anteriores, dando-se especial atenção ao Estado. Entretanto, não somente o Estado é objeto do institucionalismo histórico, que define instituições:

“como os procedimentos, protocolos, normas e convenções oficiais e oficiosas inerentes à estrutura organizacional da comunidade política ou da economia política. Isso se estende-se das regras de uma ordem constitucional ou dos procedimentos habituais de funcionamento de uma organização até às convenções que governam o comportamento dos sindicatos ou as relações entre bancos e empresas.” (HALL; TAYLOR, 2003, p.196).

Confere-se, nessa corrente analítica um papel primordial para as instituições. O Estado não pode ser apresentado como uma esfera neutra, mas um complexo conjunto de instituições que dá forma, porquanto molda o sistema político, as decisões. Logo, “ao invés de basear seus cenários sobre a liberdade dos indivíduos de firmar contratos, eles preferem postular um mundo onde as instituições conferem a certos grupos ou interesses um acesso desproporcional ao processo de decisão.” (HALL; TAYLOR, 2003, p. 200). As alterações realizadas numa sociedade ou sistema político não ocorrem livremente de uma relação com as instituições previamente existentes, pelo contrário, os autores desse conjunto são “defensores de uma causalidade social dependente da trajetória percorrida, *path dependent*”

(HALL; TAYLOR, 2003, p. 200). Em consequência dessa análise, Skocpol apresenta crítica à metodologia neomarxista e pluralista, afirmando que, no que se refere a análise estatal das correntes “nos estudos pluralistas que concedem certa autonomia de decisão ao Estado, os funcionários estatais são tomados como grupo de interesse sem se considerar a estrutura estatal na qual se inserem.” (ROCHA, 2005, p.14). Já nos neomarxismos, a crítica recai sobre a concepção do “Estado como configurado pela luta de classes, de forma direta ou indireta. Estes não levam em conta, argumenta, que muitas vezes é o Estado que conforma as classes e a luta de classes.” (ROCHA, 2005, p.14). Evidencia-se, portanto, a ênfase dada ao Estado pela corrente institucionalista.

No tocante ao uso conceitual de *path dependency*, ou dependência de trajetória, Antônio Sérgio Fernandes afirma que é um referencial teórico bastante útil para se compreender a institucionalização de processos decisórios de governo ou o estabelecimento de trajetórias de política econômica em países, regiões ou outras unidades de análise.” (FERNANDES, 2007, pp.7-8). Por isso mesmo, é utilizado nos estudos históricos comparados, como de Theda Skocpol, por exemplo. Fernandes também expõe que o uso do conceito se dá ao se “analisar como as decisões dos atores, sucessivas e acumuladas ao longo do tempo, são capazes de criar instituições que deixam legados políticos e econômicos quase irreversíveis.” (FERNANDES, 2007, p. 8). Deve-se lembrar que o conceito é cunhado nas ciências econômicas e, então, trazido para as ciências políticas. Historicamente formulam-se as condições únicas em que cada sociedade apresentará um projeto político diverso.

Para o institucionalismo, o Estado não pode ser visto, portanto, como um simples representante de uma classe dominante, isto pois, o Estado “*no solo es una arena en que se desarrollan las luchas socioeconômicas. Antes bien, es un conjunto de organizaciones administrativas, políticas y militares encabezadas y más o menos bien coordinadas por una autoridad ejecutiva.*” (SKOCPOL, 1984, p. 61). Deste modo, apresenta-se como uma macroestrutura forjada por “forças ativas” (HALL; TAYLOR, 2003, p.200) que disputam espaço no sistema político e, para tanto, a participação no Estado. Contudo, “essas forças [são] modificadas pelas propriedades de cada contexto local, propriedades essas herdadas do passado” (HALL; TAYLOR, 2003, p.200), sem que possamos afirmar “que as mesmas forças ativas produzem em todo lugar os mesmos resultados” (HALL; TAYLOR, 2003, p. 200).

Assim, na análise comparativa, realizada pela cientista política Theda Skocpol, sobre os exemplos revolucionários de China, França e Rússia, percebemos o cuidado da autora com a peculiaridade de cada caso, tomando as relações entre revolucionários e Estado pela formulação desses grupos no seu contexto, sem aplicar uma explicação generalista que, *a prioristicamente*, reconhecesse o Estado como “*un sistema de coacción organizada que invariablemente funciona para apoyar la posición predominante de las clases o de los grupos dominantes sobre las clases o los grupos subordinados*” (SKOCPOL, 1984, p.55), como fizeram os marxistas e mesmo, expõe a autora, Charles Tilly, autor ligado à sociologia histórica. O que Skocpol afirma é que não se pode verificar o Estado como uma estrutura separada da sociedade que exerce coação para manter a coesão social e as classes dominantes e dominadas. No Estado, grupos visam representação, e mesmo fora dele há relação com suas estruturas. A característica de ser composto por organizações coativas reflete a própria existência dessas organizações que fazem parte do sistema político e o definem como mais uma parte do sistema político em geral; a principal parte, uma vez que ali são organizadas as forças coativas (SKOCPOL, 1984, p. 61). Logo, o Estado compõe-se de instituições em sua estrutura, como as coativas que visam sobreviver com o Estado, mantendo suas características imutáveis. Assim, afirma Skocpol:

*“Estos sistemas también pueden contener instituciones a través de las cuales están representados los intereses sociales en la política del Estado, así como instituciones por las cuales se movilizan los actores que no pertenecen al Estado, para participar en la puesta en vigor de la política. Sin embargo, las organizaciones administrativas y coactivas son la base del poder del Estado, como tal.”* (SKOCPOL, 1984, p.61).

As mudanças que ocorrem nos sistemas políticos, as mudanças sociais, revolucionárias, chocam-se com interesses de grupos muitas vezes incrustados nas entranhas do Estado. Ainda que possam ser verificados momentos revolucionários, verifica-se, também, a força de manutenção institucional de determinados grupos em cada sociedade. Nos casos estudados por Skocpol, para a manutenção ou não do regime político, apresentou-se a característica de “*que siempre importa más [...] el apoyo o la aquiescencia, no de la mayoría popular de la sociedad, sino de los grupos políticamente poderosos y movilizados, que invariablemente incluyen a los propios cuadros del régimen.*” (SKOCPOL, 1984, p. 64). Para tanto, as relações

internacionais, de apoio e conflito, tornam-se importantes para a manutenção de um regime, uma vez que podem impor maiores ou menores condições de êxito às políticas econômica, militar e social.

Entretanto, Theda Skocpol defende a peculiaridade de cada local, realizando, extensa análise dos três casos de revolução social propostos. Tal análise acaba por reforçar a influência das instituições, uma vez que nos vários casos, revolucionários ou não, acabam por modelar a trajetória de mudança ou permanência. Nos três casos estudados, segundo a autora, houveram “*relaciones institucionales entre los monarcas y sus personales, por una parte, y entre las economías agrarias y las clases superiores terratenientes, por la otra, que hacían imposible a los Estados imperiales enfrentarse con éxito a las competiciones o intrusiones del exterior.*” (SKOCPOL, 1984, p. 91). O conflito entre grupos com interesses diversos pode levar à inviabilidade dos três Estados imperiais, uma vez que o tornou incapaz de lidar com assuntos vitais a sua manutenção. Na França prerrevolucionária, por exemplo, havia se formado “*una clase dominante con intereses creados tanto en las formas institucionales más antiguas, como los derechos señoriales y cargos de propiedad, cuanto en las nuevas funciones absolutistas*” (SKOCPOL, 1984, p.104). A qualidade dessas instituições acabou por contribuir com a dificuldade de manutenção daquela organização estatal. Afirma Skocpol que:

*“si nuestro objetivo es comprender el desplome y la edificación de las organizaciones de estado en las revoluciones, habremos de ver no solo las actividades de los grupos sociales sino que también habremos de enfocar los puntos de intersección entre las condiciones y presiones internacionales, por una parte, y las economías estructuradas en las clases y en los intereses organizados políticamente, por la otra. Los funcionarios ejecutivos del estado y sus seguidores aparecerán maniobrando con objeto de obtener recursos y construir organizaciones administrativas y coactivas precisamente en estas intersecciones.”* (SKOCPOL, 1984, p. 65).

O próprio funcionalismo aparece como parte no Estado, com interesses que podem, em determinados momentos, serem contraditórios com o que é necessário para a manutenção do Estado organizado. Em outros momentos contribuem para a solidificação das organizações coativas. A crise que culminou na Revolução Francesa, por exemplo, demonstrava a divisão nas classes privilegiadas. A convocatória dos Estados Gerais expôs um conflito ascendente que enfraquecia o Estado imperial, a fragmentação das instituições que poderiam sustentá-lo. Skocpol afirma que:

*“los estados [gerais] habian de constituirse casi de la nada, tomando representantes de toda la suma de comunidades, grupos y cuerpos comunes que formaban la sociedad francesa en 1789. Habiendo sido aplicadas las guias ‘habituales’ por ultima vez en 1614, el proceso mismo de constituir los Estados Generales desencadenó incontables conflictos de intereses y principios.”* (SKOCPOL, 1984, p.114).

A separação de interesses das classes privilegiadas e das organizações coativas permitira a ruína do modelo vigente. Na China interesses divergentes também levaram à ruína do sistema imperial. Lá, *“muchos grupos de ricos organizados estaban dispuestos, en lo ideológico y en lo organizativo, a afirmar su programa de descentralización contra los manchúes.”* (SKOCPOL, 1984, p. 134). Entretanto, o levante de 1911, erguido por ricos comerciantes, ex-funcionários estatais e oficiais, (SKOCPOL, 1984, p. 136) realizou, *“simplemente, dar el tiro de gracia a las instituciones administrativas y políticas imperiales que ya habían sido socavadas desde dentro por las usurpaciones de los funcionarios provinciales, los oficiales y los ricos, en general.”* (SKOCPOL, 1984, p.136). Portanto, tanto na França quanto na China *“clases superiores comerciales, de terratenientes, relativamente prósperas, obtuvieron influencia política colectiva dentro y en contra de las maquinarias administrativas de las autocracias monárquicas.”* (SKOCPOL, 1984, p.137). No caso russo, a industrialização do século XIX promoveu a criação de novas classes sociais, o que viria a ser um ponto de desequilíbrio para a política czarista. O alto endividamento e o fracasso em sucessivas guerras – da Crimeia, contra o Japão e, por fim, a I Guerra Mundial – levaram ao colapso da Rússia Imperial, o que esclareceu que *“el Estado ruso sólo pudo sucumbir mediante la derrota general en una guerra total.”* (SKOCPOL, 1984, p.159). Nos três casos:

*“las crisis revolucionarias surgieron en los tres antiguos regímenes porque las estructuras agrarias chocaron con las organizaciones de Estado autocráticas y protoburocráticas de manera que bloquearon o anularon las iniciativas monárquicas de enfrentarse a la creciente competición militar internacional, en un mundo que estaba pasando por las desiguales transformaciones del capitalismo.”* (SKOCPOL, 1984, p.166).

Verifica-se, em vista disso, a importância dada às instituições do Estado, diferentemente da corrente pluralista que tem nos *inputs* as demandas que a sociedade impõe ao Estado neutro. Para o institucionalismo histórico:

“o Estado [...] não se submete simplesmente a interesses localizados na sociedade, sejam das classes ou dos grupos de interesse. As ações do Estado, implementadas por seus funcionários, obedecem à lógica de buscar reproduzir o controle de suas instituições sobre a sociedade, reforçando sua autoridade, seu poder político e sua capacidade de ação e controle sobre o ambiente que o circunda.” (ROCHA, 2008, p. 14).

Destaca-se, conseqüentemente, certa autonomia que tem o Estado em relação à sociedade. Entretanto, enquanto existem os interessados que visam manter as organizações coercitivas do Estado, geralmente obtendo vantagens institucionais, outros grupos ficam em situação desvantajosa. Nesse contexto torna-se real uma disputa para o controle do Estado. Não obstante, a análise institucionalista diferencia-se do neomarxismo, cabe ressaltar, por não verificar uma disputa de classes, dominante e dominada. O Estado não é mero protetor de uma única classe. Muitas vezes, classes privilegiadas são descuradas pelo Estado, que tem uma burocracia própria. Isso reflete o “insulamento’ da burocracia” (ROCHA, 2008, p.15), isto é, a autonomia das diferentes partes do aparelho coativo.

Ainda que nas revoluções sociais analisadas por Skocpol, pode ser verificada a desestabilização do Estado imperial, uma nova centralização ocorreu imediatamente após. Nas revoluções verificadas, destacou-se o caráter novo das revoltas camponesas como elemento para a desestabilização do regime até então vigente. Nos três casos analisados o ataque generalizado à elite terratenente, pelos camponeses, impôs uma nova realidade, uma vez que vislumbrando novas metas de acesso a terra, os camponeses passaram a ter a possibilidade de lutar por objetivos concretos. Isso se configurou numa base de sustentação para as futuras revoluções sociais nos três países. (SKOCPOL, 1984, p.188). Nos três casos isso pode ser verificado, ainda que na China, diferentemente dos outros dois, a revolução camponesa não tinha desenvolvido o “*tipo de solidariedad y autonomía que ya existían en sus estructuras y que permitieron a las revoluciones agrarias de Francia y Rusia surgir rápidamente y con relativa espontaneidad, en reacción al desplome de los gobiernos centrales de los antiguos regímenes.*” (SKOCPOL, 1984, p.240). Tal característica acabou por determinar uma revolução mais prolongada que nos outros dois casos, com peculiaridades como a atração de grupos de banditismo, antes excluídos nas zonas limítrofes do Império, para fortalecer o que se concretizaria numa revolução social. (SKOCPOL, 1984, p.188). Contudo, como já afirmado, a ruptura do modelo das organizações coativas não representou o fim do Estado

centralizado nos três casos. Skocpol afirma que *“los guías políticos se precipitaron saliendo de las filas de grupos relativamente educados y orientados a las actividades o a los empleos del Estado.”* (SKOCPOL, 1984, p.263). Na Rússia, por exemplo, com o stalinismo se implementou um regime altamente burocratizado e militarizado, opondo-se ao ideal leninista inicialmente proposto. (SKOCPOL, 1984, p.266). O mesmo se deu na China e, anteriormente, na França. Nos três casos, as ideologias que moveram os revolucionários acabaram por ser substituídas por outras realidades totalmente diversas. Isso se deve, expõe Skocpol, pois, *“las crisis revolucionarias no son totales rompimientos en la historia que de súbito hagan posible algo que desearan los revolucionarios.”* (1984, p. 273).

Desse modo, Skocpol e Pierson afirmam que a análise de longa duração é fundamental para a compreensão das transformações institucionais, isso pois, *“muchas cosas en el mundo social tardan un tiempo considerable en producirse.”* (2008). Por isso mesmo, nos três casos analisados por Skocpol não somente os eventos mais próximos às revoluções, mas as condições institucionais que permitiram os acontecimentos tais como se realizaram, são aprofundados. O caso revolucionário francês é explicado, por exemplo, por Skocpol, como a consolidação do enfraquecimento das instituições medievais, e não como uma revolução burguesa que rompeu bruscamente com o modelo anterior. Consolidou-se, conforme essa análise, o *“fin de privilegios y derechos señoriales, dejando una economía agraria dominada por terratenientes medianos y pequeños, con derechos de propiedad exclusivos sobre sus tierras.”* (SKOCPOL, 1984, pp. 284-285). O Estado francês, ao eliminar as instituições medievais já há muito decadentes, acabou por, com a revolução social, consolidar um *“Estado nacional, burocrático e incorporador de las masas.”* (SKOCPOL, 1984, p.286). Não se pode verificar, portanto, uma revolução liberal, mas o fortalecimento de um Estado centralizado, seja no período de governo jacobino, seja do Diretório, seja de Napoleão. Depois da Revolução social na França, consolidara-se uma organização institucional que aos demais regimes que subseguiram no país, não foi possível recusá-lo ou *“prescindir del poder administrativo que les había legado Bonaparte.”* (SKOCPOL, 1984, p.309). Evidencia-se, desse modo, uma dependência de trajetória desde o enfraquecimento das instituições medievais até o fortalecimento do Estado centralizado e burocratizado que foi consolidado com Napoleão. Tal análise somente se possibilita

ao se reconhecer a longa duração, em detrimento de uma análise que privilegia rupturas.

Rússia e China verificaram também a centralização estatal após as revoluções sociais que lá ocorreram. Nesses países um partido único se apresentou como instituição centralizadora. Skocpol argumenta que nos campos russos ainda havia apoio a um governo liberal-democrata mesmo após 1917 (1984, p. 335). Os bolcheviques, portanto, tiveram de enfraquecer as atividades da Assembleia Constituinte utilizando-se, além da força bruta, de *“una variedad de tácticas de manipulación y coacción [...] para reducir, y, por último, suprimir la influencia de los mencheviques y de los socialistas revolucionarios en los soviets.”* (SKOCPOL, 1984, p.336). Uma organização coativa foi, então, implementada logo após a revolução de 1917. A polícia política, a Tcheca, foi constituída como *“agencia administrativa especial y autónoma”* (SKOCPOL, 1984, p. 337). Pesaram, ainda, os quadros do czar. O Ministério da Guerra foi *“formado en sus cuadros dirigentes por especialistas heredados del antiguo régimen”*. (SKOCPOL, 1984, p. 341). A eficácia do exército vermelho foi buscada nos quadros czaristas. O exército atuou duramente para a implantação de um Estado burocratizado, combatendo os reacionários e promovendo a coletivização baseada na centralização estatal, mas precisou seguir respeitando as antigas instituições, ao herdado. Na China, diferentemente dos casos russo e francês, a revolução em 1911 promoveu a participação geral e a recusa à burocratização estatal. (SKOCPOL, 1984, p.369). Isso porque, após a queda do poder central manchú, fortaleceram-se os centros regionais, incluso aí o poderio militar, sustentado em senhores da guerra. (SKOCPOL, 1984, pp. 370-371). A centralização somente pode se realizar com o fortalecimento do Partido Comunista, apoiado no campo. Os nacionalistas do Kuomintang lograram formar um exército nacional, entretanto o apoio das massas se daria aos comunistas. A China, diferentemente da Rússia não se sustentava numa massa urbana. Os nacionalistas não puderam, portanto, liquidar o poder dos senhores da guerra. (SKOCPOL, 1984, pp. 381-386). Os fracassos em deter as invasões japonesas também contribuíam para o enfraquecimento da legitimidade dos nacionalistas. (SKOCPOL, 1984, p. 392). Concomitantemente, os comunistas recebiam maior apoio dos camponeses e, deste modo, instituíam uma guerrilha camponesa. (SKOCPOL, 1984, p. 393). Somado a forte sustentação rural dos comunistas, puderam estender sua influência nos combates contra os japoneses, unidos aos nacionalistas, no final dos anos de

1930. (SKOCPOL, 1984, p. 400). Não somente ganharam credibilidade, mas, inclusive, muitos intelectuais e oficiais se aproximaram aos comunistas ao serem “*puestos a trabajar como administradores en los niveles regionales y de condado para desarrollar medidas políticas socioeconómicas y planes para la administración.*” (SKOCPOL, 1984, p. 402). Em vista disso, verifica-se que os comunistas adentraram profundamente nas aldeias e promoveram a substituição das elites locais, caracterizadas pela figura dos senhores da guerra, e instituíram novas elites. Somente então foi possível a burocratização e formação do Estado centralizado na China, já no final da década de 1940, organizado pelo Partido Comunista, desde Pequim até as aldeias. (SKOCPOL, 1984, p. 409).

Desta forma, Skocpol acaba por apresentar a influência que as antigas instituições impõem às futuras. As mudanças, ao se realizarem, apontam para novas organizações. Nos casos verificados, grupos medianos letrados foram ascendidos, enquanto que classes acomodadas perdiam espaço nas organizações estatais. A revolução social na França, na China e na Rússia não apenas implementou um Estado burocrático, mas, também, incorporou grupos antes excluídos. (SKOCPOL, 1984, p. 443). Deste modo, a formação de um Estado burocratizado nesses países não se caracterizou somente pela sua implementação. Houveram mudanças sociais e políticas. Skocpol procura expor que os dados analisados não representam regras para revoluções sociais, pois que se deve verificar caso a caso (SKOCPOL, 1984, pp.451-452), e essa é uma característica da análise comparativa. O que se verifica é como, nessas revoluções, o Estado foi figura central, e a disputa pelas organizações de coerção tiveram papel preponderante para as revoluções sociais.

Assim, diferentemente do modelo pluralista apresentado anteriormente, verifica-se aqui o peso das instituições. Em todo momento a análise é remetida para a força que as instituições formuladas num modelo anterior exercem sobre as mudanças, mesmo revolucionárias. Se houve mudança nas elites políticas, ainda assim, o Estado foi mantido com instituições coativas que se formavam. A ação dessas instituições não pode ser definida como neutras, uma vez que grupos diversos buscavam manter sua condição dentro da organização estatal. Se isso se demonstrasse insustentável, o que ocorreu, grupos que pertenciam ao Estado poderiam deixar de apoiá-lo, visando sua existência e passando a opor-se. Portanto, evidencia-se a compreensão de um modelo competitivo em que grupos diversos procuram se utilizar para sua manutenção, alimentando o poder estatal.

## CAPÍTULO TERCEIRO: ESTRUTURALISMO GENÉTICO OU CONSTRUTIVISTA.

Neste terceiro capítulo realizaremos análise da teoria bourdieusiana, buscando verificar como a questão da formação de elites políticas é abordada a partir dessa visão. Para isso, buscamos a compreensão da teoria na série de entrevistas publicadas em “Coisas ditas” (2004), uma vez que se trata de um amplo apanhado de temas, realizado num momento de maturidade, após anos de trabalho de pesquisa do sociólogo, publicado já no início dos anos de 1990. Conseqüentemente, ficou facilitada a tarefa de encontrar respostas sobre temas específicos da teoria, expostos pelo próprio sociólogo.

Uma das primeiras questões encontradas nas entrevistas refere-se a denominação da teoria. Bourdieu descreve sua teoria como um “estruturalismo genético” (2004, p.26), na primeira entrevista apresentada no livro, “*fieldwork in philosophy*”, ou como “estruturalismo construtivista” (2004, p.149), no capítulo intitulado “*la distinction*”. Não descarta, portanto, a explicação estruturalista, porém, incorpora itens de uma construção em que os agentes são responsáveis. Logo, não se elimina os sujeitos, como tradicionalmente se faz nos estruturalismos, para apresentar o peso das estruturas. Entretanto, em toda sua construção teórica se reconhece a importância de estruturas, representadas pelos “campos”. (BOURDIEU, 2004, p. 26). Deste modo, reconhece-se a coação de estruturas, não obstante se verifica a contingência dessa coação, para o que os agentes são atores fundamentais. Nesse momento se torna necessário explorar o conceito de *habitus*, utilizado pelo sociólogo para expor essa coação e condicionamento. Bourdieu fala em “necessidade na contingência” (2004, p. 28) ao expor o conceito. Isso se torna possível pois, na sua teoria, as estruturas são historicamente constituídas. (BOURDIEU, 2004, p. 29). O *habitus*, desse modo, poderia ser explicado como a interiorização dos elementos das estruturas em que os agentes estão envolvidos. Ao definir o “estruturalismo construtivista”, Bourdieu argumenta existir “no próprio mundo social e não apenas nos sistemas simbólicos – linguagem, mito, etc. –, estruturas objetivas, independentes da consciência e da vontade dos agentes, as quais são capazes de orientar ou coagir suas práticas e representações.” (2004, p.149). É nesse contexto que cabe sua definição de “construtivismo”, relacionado a uma constituição histórica das estruturas na relação com os agentes, porquanto há,

segundo o sociólogo, “uma gênese social dos esquemas de percepção, pensamento e ação que são constitutivos do [...] *habitus* e, de outro lado, das estruturas sociais, em particular [...] de campos e grupos, e particularmente do que se costuma chamar de classes sociais.” (Bourdieu, 2004, p. 149).

Portanto, Bourdieu não deixa de reconhecer o peso de uma estrutura, social e mental, mas a reconhece em sua historicidade, sua dependência em relação ao passado. Bourdieu questiona a existência de leis universais para a análise social. Está presente na constituição dessas estruturas sua genealogia histórica. A própria exposição de que existe um “universal” é realizada por agentes que têm interesses. (BOURDIEU, 2004, p. 45). Logo, torna-se necessária após uma formação em que era contingente, e manter-se-á contingente, pois passível de mudanças, uma vez que são os agentes que moldam as estruturas. Bourdieu busca a formação histórica da própria ênfase nomológica nas ciências. Assim, verifica o sociólogo, desde Descartes e a importância dada à dedução rigorosa e, posteriormente, Newton que propunha, defendendo a possibilidade de se cumprir tal projeto, realizar “análise que parte dos fenômenos para remontar aos princípios e à fórmula matemática capaz de fornecer a descrição completa dos fatos” (BOURDIEU, 2004, p. 63), formatou-se tal ênfase, tornando-se predominante nas ciências. Portanto, destaca-se disso, formatou-se, historicamente, um modelo científico de verdade que é estruturado por agentes. Confirma-se, portanto, a estrutura, mas não se toma como neutra ou natural. Tem-se uma estrutura estruturante. Disso permite-se que Bourdieu aponte para um conjunto de estratégias que são formadas para se consolidar/reproduzir alguma estrutura.

Nas relações sociais verifica-se o uso de estratégias de reprodução de alguma realidade, praticadas por agentes envolvidos. As estratégias matrimoniais, por exemplo, são expostas pelo autor dentro de um sistema de “trocas materiais e simbólicas” (BOURDIEU, 2004, p. 79). O que está no centro das relações sociais são trocas materiais e simbólicas, que formam alianças visando a transmissão desses bens. Essas estratégias de reprodução não são analisadas pelo autor como necessariamente conscientes, mas integram-se a um senso prático, a um “sentido de jogo [...] que se adquire pela experiência de jogo”. (BOURDIEU, 2004, p. 79). São por essas estratégias, como as matrimoniais, que “a família visa se reproduzir biologicamente e sobretudo, *socialmente*, isto é, reproduzir as propriedades que lhe permitem conservar sua posição, sua situação no universo social considerado.” (BOURDIEU, 2004, p. 87). Para reconhecer essas relações torna-se imprescindível

entender a formação histórica dos grupos e como são formatadas as estratégias de reprodução desse grupo historicamente. (BOURDIEU, 2004, p.88).

Sem embargo, carecemos analisar as estratégias dentro de um sistema de estrutura social. Bourdieu expõe que um sistema estrutural implica numa “dependência relativamente à totalidade.” (2005, p. 3). Analisar um determinado jogo de estratégias requer, conseqüentemente, reconhecer que cada grupo, como uma classe social, por exemplo, “possui *propriedades de posição* relativamente independentes de propriedades intrínsecas como, por exemplo, um certo tipo de prática profissional ou de condições materiais de existência.” (BOURDIEU, 2005, p.3). É nas relações entre classes, ou grupos sociais, ou, finalmente, entre diferentes que há reconhecimento de grupo na estrutura. A estrutura evidencia-se somente com o reconhecimento de grupos diversos, por elementos econômicos, sociais e culturais, e é nesse reconhecimento que se dá a formação e o uso de estratégias de reprodução. (BOURDIEU, 2005, pp. 4-5).

A análise de estruturas é possível, segundo Bourdieu, somente na possibilidade de comparação entre estruturas, ou sociedades, diversas. Caso se devesse reconhecer apenas as particularidades de cada sociedade dificilmente se possibilitaria análise de um “sistema das relações que se estabelecem entre suas diferentes partes” formando uma totalidade. (BOURDIEU, 2005, p.13). É entre “partes estruturalmente equivalentes” que se possibilita a comparação. (BOURDIEU, 2005, p.13). Ocorrem, portanto, “condições e condicionamentos sociais semelhantes.” (BOURDIEU, 2004, p.90).

Neste ponto pode-se comparar o estruturalismo proposto por Bourdieu ao de Claude Lévi-Strauss. Bourdieu propõe que, diferentemente do antropólogo, sua análise enfatiza a complexidade dos casamentos, no que se refere a estratégias matrimoniais, isto é, enfatiza as trocas simbólicas e materiais para realização dos casamentos, enquanto para Lévi-Strauss são, os casamentos, realizados em regras preestabelecidas e não conflituosas. Quanto a isso, afirma Bourdieu que:

“[...] em vez de nos contentarmos em levantar nomenclaturas de termos de parentesco e genealogias abstratas, reduzindo assim as relações entre os cônjuges à distância genealógica, descobre-se que as trocas matrimoniais e, em termos mais amplos, todas as trocas materiais ou simbólicas, como a transmissão de prenomes, ensejam estratégias complexas e que as próprias genealogias, longe de comandar as relações econômicas e sociais, são o alvo de manipulações destinadas a favorecer ou impedir as relações econômicas ou sociais, a legitimá-las ou condená-las.” (2004, p.91).

Evidencia-se, portanto, na análise bourdieusiana uma preocupação com as relações sociais. São as relações que formatarão as instituições. Os agentes, portanto, recebem papel primordial, uma vez que interferem na estrutura. Assim também é dirigida a crítica à teoria elitista. Primeiramente, pois ao enfatizar os atributos das sociedades acabam por “*naturalizar* as propriedades sociais distintivas dos grupos dominantes, como se fossem recursos inerentes à superioridade inata de seus membros.” (CODATO; PERISSINOTTO, 2008). Essa naturalização, por sua vez, impede que os pesquisadores elitistas verifiquem a realidade como relacional e, desse modo, de que identifiquem que “os atributos investigados como propriedades individuais são, na realidade, a expressão das propriedades derivadas das posições objetivas ocupadas pelos agentes no espaço social.” (CODATO; PERISSINOTTO, 2008).

Desse modo, pode-se pensar, na teoria bourdieusiana, num jogo sutil, não exatamente racional, baseado no *habitus*, para se posicionar socialmente. Num jogo de estratégias de produção e reprodução de uma realidade social. A formação e reprodução de elites políticas, como de uma burocracia estatal, poderia, então, ser relacionada com as estruturas e, logo, com os *habitus*, dos agentes que têm as características para preencher suas fileiras. A formação dessas elites não se dissocia das estruturas sociais.

Contudo, há uma diferença entre as diversas sociedades na constituição dessas elites burocráticas:

“Seria preciso mostrar igualmente como as características das diferentes classes sociais dependem não apenas de sua posição diferencial na estrutura social, mas também de seu *peso funcional* nesta estrutura, peso proporcional à contribuição dessas classes para a constituição desta estrutura, e que não se resume apenas à sua importância numérica.” (Bourdieu, 2005, p. 12).

Nem sempre poder-se-ia encontrar uma elite burguesa industrial, por exemplo, ao se analisar as diversas sociedades no globo no mundo moderno ou contemporâneo. Para Bourdieu, as relações sociais que se apresentam, em desigualdade entre os agentes, num jogo, visam a “apropriação dos bens raros” (BOURDIEU, 2004, p.154), caracterizados pelo sociólogo como capitais, sejam econômicos, culturais ou simbólicos. A divisão social baseada no *habitus*, forjada na relação entre agentes e campos, varia entre sociedades diferentemente constituídas. O que se pode verificar

em semelhança são as disputas no jogo social visando a reprodução ou destaque. Os casamentos, assim como outras instituições, são, portanto, instrumentos para as trocas simbólicas e/ou materiais.

Em vista disto, Bourdieu afirma que “os grupos de *status* se definem menos por um ter do que por um ser” (BOURDIEU, 2005, p.15), em que o simbólico prevalece para garantir diferenciação pela estrutura estabelecida. A raridade encontra-se no modo de uso de bens e não somente na sua posse. As ações simbólicas, o modo de diferenciar-se pelo uso, que faz uma determinada classe, evidencia a posição social da classe. (BOURDIEU, 2005, p.17). O uso pode ser verificado desde o consumo até a maneira de falar e portar-se. Aponta-se, então, uma estrutura classificatória em que os agentes visarão atingir certos modelos ao buscarem distinção. Ocorre que, em consequência disso, uma “procura consciente ou inconsciente da distinção toma inevitavelmente a forma de uma busca do *refinamento* e pressupõe o domínio de regras desses jogos refinados que são monopólio dos homens cultivados de uma sociedade.” (BOURDIEU, 2005, p.21). Deste modo, há uma limitação imposta pela estrutura aos agentes. As regras do jogo promovem a classificação ao apresentarem desigualmente as ações esperadas, pelos grupos refinados, aos próprios membros do grupo. As relações simbólicas privilegiam os membros das classes privilegiadas, pois, “a estrutura das relações econômicas pode, ao determinar as condições e as posições dos sujeitos sociais, determinar a estrutura das relações simbólicas que se organizam nos termos de uma lógica irredutível à lógica das relações econômicas.” (BOURDIEU, 2005, p.25).

Na proporção em que as relações simbólicas recebem a importância dada pelo modelo de Bourdieu, verifica-se como no âmbito da política ocorre o mesmo. Sérgio Miceli expõe que para Bourdieu “as funções sociais cumpridas pelos sistemas simbólicos, [...] tendem, no limite, a se transformarem em funções políticas na medida em que a função lógica de ordenação do mundo subordina-se às funções socialmente diferenciadas de diferenciação social e de legitimação das diferenças.” (MICELI, 2005, p.X). Miceli destaca, então, a influência weberiana, assim como de Gramsci, na obra de Bourdieu, apontando para a ênfase economicista realizada pelos sociólogos, destacando, sobretudo em Max Weber, como as “condições econômicas e políticas [...] presidem à formação de aparelhos de produção simbólica institucionalizados” (MICELI, 2005, p. XI). É nesse ponto que é

caracterizada a abordagem estruturalista de Pierre Bourdieu, uma vez que o simbólico, que fará a distinção social, sustenta-se numa estrutura material ou cultural.

Se o valor dado às classes sociais no modelo bourdieusiano o aproxima de Karl Marx, por outro lado, o sociólogo francês alerta para um problema numa possível análise marxista, a saber, o de considerar as classes com “homogeneidade objetiva das condições” (BOURDIEU, 2004, p.156). Bourdieu historiciza, portanto, os conceitos, como o de classes sociais. Por isso mesmo o simbólico ganha centralidade na sua análise. É por meio do simbólico que os agentes se autoclassificam, dependendo, para isso, de sua posição social, uma vez que é esta que permite a representação de si, segundo o seu *habitus*. (BOURDIEU, 2004, p.158). O que é garantido para grupos socialmente privilegiados é o “monopólio da nomeação legítima” (BOURDIEU, 2004, p.163). A estrutura garante uma escala desigual de valor, em que “os *nobilis*, isto é, etimologicamente, aqueles que são conhecidos e reconhecidos, têm condição de impor a escala de valores mais favorável a seus produtos.” (BOURDIEU, 2004, p.163). Por conseguinte, se dá a tendência à reprodução das relações de poder simbólico.

Quanto ao Estado, podemos concluir que, na medida em que o *habitus* dos agentes os aproxima ou afasta dos *nobilis*, devido à apreensão de comportamentos e signos próprios desses grupos reconhecidos, dá-se a tendência à reprodução das mesmas elites que já ocupam os aparelhos de Estado, podendo se utilizar de estratégias, como o matrimônio, para isso. Trata-se, portanto, de um sistema de posições relativas, em que se preestabelecem as regras do jogo, para ser jogado por agentes em condições desiguais. A acumulação e conservação do poder está estritamente relacionada a capacidade de transmitir bens simbólicos, por isso mesmo, que para Bourdieu, “a ênfase [da análise] recai no aparato institucionalizado em que se assenta a produção simbólica.” (MICELI, 2005, p. LIII). O econômico e o político são bases materiais garantidas pelo simbólico. Há um afastamento, portanto, da análise dahlsiana, que apresenta o Estado como esfera neutra, aproximando-se ao modelo institucionalista que aponta para o interesse de manutenção de grupos diversos que utilizam, para isso, das estruturas estatais. Entretanto, no modelo de Pierre Bourdieu há mais espaço para o simbólico, tido como elemento central para a reprodução de elites políticas, e de outros moldes. O “*habitus*” é o que permite a distinção social que classificará as elites e as classes subalternas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificados três modelos analíticos para a compreensão de elites políticas, percebemos algumas aproximações e divergências. Os modelos confirmam a existência de elites políticas, apresentando interpretações diferentes de sua natureza. Seja pela importância da capacidade de influência da política, do Estado ou da sociedade, nos três modelos pudemos verificar como a compreensão dessas elites é fundamental para a sociologia política, representando uma de suas preocupações centrais.

O Pluralismo, de Robert Dahl, restituiu a importância ao tema, suprimindo, segundo seus teóricos, a ideia de superioridade natural que se poderia verificar no modelo clássico elitista. Dahl partiu de um modelo ideal, a democracia, para indicar numa ordem classificatória como podem ser medidos os sistemas políticos existentes, desde oligarquias hegemônicas até poliarquias, isto é, regimes mais próximos ao ideal de democracia. Verifica-se, então, no modelo dahlsiano, que nem todas as pessoas se organizam para a atividade política, visando participar mais diretamente na estrutura estatal. Essa ideia, que já era presente no modelo elitista é retomada por Dahl que, no entanto, considera as sociedades poliárquicas melhores para seus cidadãos, na medida em que a poliarquia é medida pela responsividade do Estado para com os cidadãos. Portanto, observa-se a existência de elites políticas, agindo dentro do âmbito estatal nesse modelo. A formação e existência desses grupos está intimamente ligada à vontade e capacidade de organização de um grupo, assim como já analisavam os elitistas. A ação dessas elites, entretanto, pode ser diferente. Respondendo as demandas da população produzem um Estado mais poliárquico. Não permitindo oposição, dirigem o estado a um regime oligárquico, e barrando a inclusividade, isto é, obstruindo o direito de participar de eleições e cargos públicos, promove uma hegemonia. Na pior das hipóteses essas elites podem garantir uma hegemonia fechada, em que não há contestação ou participação.

Todavia, o modelo pluralista é criticado na análise institucionalista aqui verificada. Para o institucionalismo histórico o pluralismo parte da premissa que o Estado é uma arena neutra, em que não participam aqueles que não se organizam. Isso, nessa concepção, mantém a mesma ideia elitista de superioridade de uma elite em relação ao restante da população. Para os institucionalistas o Estado é uma

esfera privilegiada, na qual grupos diversos visam se entranhar para premunirem-se com seu aparelho coercitivo. Portanto, não se trata somente de desinteresse por uma esfera neutra, mas de condições de usufruir de um aparelho pelo qual várias instituições estão se batendo para garantir maior influência. O Estado, no modelo institucionalista, não é uma única instituição distribuidora de benesses, ou que permite maior ou menor participação e contestação. Trata-se, por outro lado, de uma esfera pela qual diferentes instituições visam aumentar sua influência. As elites que o dirigem, desse modo, utilizam de sua estrutura para elevar sua vontade, para realizar seus interesses em detrimento dos que estão fora. Theda Skocpol pode verificar como, mesmo após revoluções sociais que modificaram os grupos de influência do Estado, manteve-se, ou mesmo aumentou a capacidade centralizadora e coativa dos Estados analisados, França, Rússia e China.

O terceiro modelo analisado, o estruturalismo de Pierre Bourdieu, aponta para a força do capital simbólico na formação e sustentação/reprodução de elites. Bourdieu, apesar de indicar estruturas capazes de sustentar a formulação do simbólico, enfatiza a ação dos agentes, não como elementos neutros, meramente moldáveis pela estrutura, mas, também transformadores e/ou reprodutores. As estruturas de poder, no modelo bourdieusiano, necessitam do simbólico, caso contrário não haveria como ser representadas. O simbólico sustenta a realidade estrutural por via do *habitus*, em que se forjam os agentes. Portanto, é nos “campos” que os agentes se formam, mas, em relação com eles, os transformam ou reproduzem. As elites tendem a manter-se, uma vez que o *habitus* gerado em cada tipo de relação tende a privilegiar a reprodução. Os grupos que tem contato com certos bens simbólicos e materiais tendem a levar vantagens ao concorrer com grupos estrangeiros. Desse modo, no modelo de Pierre Bourdieu, poderíamos ligar as elites políticas a uma herança, uma vez que, como afirma Sérgio Miceli, para Bourdieu o *habitus* confere à práxis social mobilidade, ainda que também reforce as estruturas estruturadas. (MICELI, 2005, p.XLI). Assim, ao mesmo tempo que distancia-se do modelo pluralista, que supervaloriza a ação grupos organizados (esses são os agentes), o estruturalismo bourdieusiano aproxima-se do institucionalismo, ao conferir importância fundamental à estrutura que tende a promover sua própria reprodução ao alimentar a desigualdade do jogo que promove.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOBBIO. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Trad.: Carmen C. Varriale *et.al.* 11ª Ed. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1998. v. 1.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. Trad.: Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo, Brasiliense, 2004.

\_\_\_\_\_. Condição de classe e posição de classe. In: **A economia das trocas simbólicas**. 6ª Ed. São Paulo, Perspectiva, 2005. pp. 3 – 25.

DAHL, Robert. **Análise política moderna**. Trad.: Sérgio Bath. Brasília, UNB, 1981.

\_\_\_\_\_. Uma crítica do modelo de elite dirigente. In: M. S. AMORIM (org.), *Sociologia Política II*, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. p. 90-100.

\_\_\_\_\_. **Poliarquia**: participação e oposição. Trad.: Celso Mauro Paciornik. São Paulo, EdUSP, 2005.

FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo. **Path Dependency e os estudos históricos comparados**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24, 2007, São Leopoldo-RS. Disponível em: <<http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Ant%F4nio%20S%E9rgio%20Ara%FAjo%20Fernandes.pdf>>. Acesso em: 20/02/2012.

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R. **As três versões do neo-institucionalismo**. Lua Nova, v.58, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n58/a10n58.pdf>> Acesso em: 12/03/2012.

MICELI, Sérgio. A força do sentido. In: BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 6ª Ed. São Paulo, Perspectiva, 2005. pp. VII – LXI.

PERISSINOTTO, Renato. CODATO, Adriano. Por um retorno à Sociologia das Elites. **Revista de Sociologia e Política**, v. 16, nº 30, junho 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010444782008000100002&lng=pt&nrm=i&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010444782008000100002&lng=pt&nrm=i&tlng=pt)>. Acesso em 15/06/2011.

PIERSON, Paul; SKOCPOL, Theda. El institucionalismo historico en la ciencia política contemporánea. **Revista Uruguaya de Ciencia Política**. Montevideo, v.17, n.1, dez. 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?pid=S0797-97892008000100001&script=sci\\_arttext&tlng=en](http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?pid=S0797-97892008000100001&script=sci_arttext&tlng=en)> Acesso em: 02/04/2012.

PIO, Carlos; PORTO, Mauro. Teoria política contemporânea: política e economia segundo os argumentos elitistas, pluralistas e marxistas. In: RUA, Maria das Graças; CARVALHO, Maria Izabel Valladão de. **O estudo da política**: tópicos selecionados. Brasília: Paralelo 15, 1998.

REIS, Fernanda Teixeira. **Política mandonista no estado da Bahia**: o fenômeno político do carlismo e as sucessivas estratégias de adaptação da elite política bahiana. 130f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas, Universidade de Brasília. Brasília, 2010.

Disponível em:

<[http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/9159/1/2010\\_FernandaTeixeiraReis.pdf](http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/9159/1/2010_FernandaTeixeiraReis.pdf)> Acesso em: 30/01/2012.

ROCHA, Carlos Vasconcelos. Neoinstitucionalismo como modelo de análise para as Políticas Públicas: algumas observações. **Civitas** – Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre – RS, v. 5, n. 1, 212 p. jan.-jun. 2005. Disponível em: <

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/32/1604>>

Acesso em: 03/04/2012.

SKOCPOL, Theda. **Los estados y las revoluciones sociales**: un análisis comparativo de Francia, Rusia y China. Trad.: Juan José Utrilla. México, Fondo de Cultura Económica, 1984.

VALENCIANO, Tiago. O elitismo democrático em Robert Dahl. **Colloquium Humanarum**, Presidente Pudente-SP, vol. 7, n. 2, 97 p. jul-dez. 2010. Disponível em: < <http://revistas.unoeste.br/revistas/ojs/index.php/ch/article/view/526>> Acesso em 21/02/2012.